

Rosane Carvalho Messias.  
O cultivo do café na boca do sertão paulista (1830/1888)  
Unesp  
2003  
192

Ao discutir a transição da escravidão para o trabalho livre na região de Araraquara e de São Carlos, no Oeste Paulista, entre 1830 e 1888, conhecida como boca do sertão, "Cultivo do café nas bocas do sertão paulista: O mercado interno e mão-de-obra no período de transição (1830-1888)" examina como ocorreu a implantação cafeeira nesses municípios e como os fazendeiros, num período de grandes transformações estruturais nacionais, se comportaram para reorganizar a questão da mão-de-obra na produção do café.

Para enfocar essa questão, a obra, originalmente uma dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Câmpus de Araraquara, remonta à economia da região no período que antecedeu o surto do café. Verifica, assim, a importância dos segmentos econômicos voltados para o mercado interno, como a pecuária, a produção de alimentos e aguardente, que promoveram a acumulação de capital e o tipo de estrutura fundiária necessária para a implantação do café. O produto, portanto, não substituiu setores em decadência, mas reforçou o desenvolvimento da região estudada e contribuiu para a sedimentação das atividades ligadas ao mercado interno. Observou-se, entre outros fatores, que, embora a economia de exportação se tornasse preponderante, ela nunca foi exclusiva. Como a economia interna contava basicamente com mão-de-obra escrava e trabalhadores livres nacionais, esse foi o suporte imprescindível para a implantação da cultura cafeeira em Araraquara e em São Carlos, que apresentou um desenvolvimento nada uniforme, seja em termos de estrutura fundiária, com latifúndios e propriedades pequenas, médias e grandes, seja na organização do mercado de trabalho, com escravos libertos, homens livres pobres ou imigrantes.

Rosane Carvalho Messias graduou-se em Ciências Sociais e fez o mestrado em História Econômica na Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, Campus de Araraquara. Atualmente é doutoranda na mesma Faculdade, com pesquisa voltada para "Os bastidores do café".

Release da editora

Luís Henrique Dias Tavares. Da sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia.  
Unesp  
2003  
252

Reunião de seis estudos dispersos em publicações universitárias e culturais, destacando os valiosos *Anais da Sociedade Brasileira de Pesquisa História* do período de 1990 a 2001, dos quais quatro dedicados à história da Sedição de 1798 na Bahia.

Os dois que complementam o livro são "Cipriano José Barata de Almeida" e "O Levante dos Periquitos". Neste, o autor enlaça os finais da luta armada pela Independência do Brasil na Bahia às indecisões, ambigüidades e ameaças que cobriram o futuro do Brasil nos anos de 1824/1825, com as conspirações e intrigas dirigidas ao retorno do Brasil à união política e administrativa com Portugal e à imposição do regime monárquico absolutista.

Release da editora

Alberto da Costa e Silva. Francisco Felix de Souza, mercador de escravos.  
Nova Fronteira  
2004  
208

Francisco Félix de Souza, o Chachá, foi um baiano, de incomum habilidade no trato social, que atravessou o Atlântico e chegou sem um tostão a Daomé, na África Ocidental, para transformar-se no maior traficante de escravos do século XIX. Mestre de um comércio baseado em extrema crueldade, foi, no entanto, sempre tido até mesmo por adversários como homem afável e generoso, a ponto de hoje ser objeto de culto pelo enorme clã dos Souzas, que se espalha de Gana ao Gabão com representantes também no Senegal, na Costa do Marfim, na Europa, Estados Unidos e Canadá.

A intrigante história desse mercador de escravos ganhou agora novas cores com o livro que lhe dedicou o poeta e historiador Alberto da Costa e Silva, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras e ex-embaixador do Brasil em Portugal, na Nigéria e na República do Benin. Baseado em extensa bibliografia, Francisco Félix de Souza, mercador de escravos procura destrinchar o que há de verdadeiro e verossímil do lendário na história desse personagem ainda hoje venerado por quase toda a comunidade agudá daomeana que o tem por ancestral fundador.

Nascido a 4 de outubro de 1754, D. Francisco – assim até hoje tratado – é lembrado todos os anos por aqueles que se consideram seus descendentes e, nas palavras do autor, não se passa um punhado de dias sem que alguém vá rezar em seu túmulo em Daomé. Segundo Costa e Silva, por uma dessas comuns metamorfoses da memória, a imagem do traficante de escravos foi substituída pela do grande patriarca e protetor dos ex-escravos regressados do Brasil.

Isso não deve causar estranheza porque não poucos exterminadores de índios dão seus nomes hoje a monumentos, ruas e rodovias no Brasil. E não são raras as famílias consideradas quatrocentonas que se orgulham de ancestrais que enriqueceram com atividades menos nobres. Sem contar que, por trás dos ideais da Conjuração Mineira de 1789, o que havia mesmo era o interesse de ex-arrematantes de contratos de se livrarem das dívidas que haviam acumulado ao colocar no bolso o dinheiro dos impostos que recolhiam em nome da Coroa. Nada como tempo para mitificar as ações dos homens.

Se formos levar mais longe este exercício de memória, não podemos esquecer que foram os comerciantes de grosso trato – que negociavam principalmente carne humana – que asseguraram a sobrevivência (e o luxo) da corte do príncipe regente D. João em sua chegada ao Rio de Janeiro. E, como lembra Costa e Silva, que os ingleses primeiro fizeram dinheiro com o comércio de escravos para, depois, investir em plantações nas Caraíbas e no Sul dos Estados Unidos, em navios cargueiros, no comércio de bens alimentícios e financiar a revolução industrial.

A diferença é que, ao contrário dos ingleses, aqueles que enriqueceram com o tráfico de escravos no Brasil e na África, talvez porque viessem de uma metrópole já atrasada à época, não aplicaram seus recursos em novos tipos de atividade econômica, preferindo imobilizá-los em mosteiros, igrejas e na ostentação e no desperdício. Essa constatação pode explicar o atraso que hoje separa os países de língua portuguesa das nações de língua inglesa.

Apesar da inteligência de primeira grandeza que lhe atribuem, Francisco Félix de Souza não foi um homem muito além do seu tempo, pelo menos entre aqueles que viviam no mundo lusófono e cercanias. Tinha 94 anos de idade quando morreu – ou 81, segundo outros cálculos – e, embora tivesse sido riquíssimo, estava endividado.

Certamente, acumulara um patrimônio elevado em escravos, esposas, currais de gado miúdo, chiqueiros, capoeiras e tulhas de inhame, mandioca e milho. Mas, por causa das pressões inglesas, deixou-se quase arruinar, provavelmente, segundo Costa e Silva, porque não sabia fazer outra coisa que não fosse traficar gente. Se investiu em outras atividades, foi na compra de navios para transportar escravos e, já parte final de sua vida, em plantações de dendê.

Baseado em fontes impressas, Costa e Silva supõe que Francisco Félix tenha deixado a Bahia por volta de 1800, indo diretamente a Badagry, de onde, após alguns desacertos comerciais, mudou-se, primeiro, para Popô Pequeno e, depois, para Ajudá, onde obteve emprego na fortaleza portuguesa de São João Batista de Ajudá. Logo chegou a comandar a fortaleza, mesmo sem a autorização formal dos portugueses, e passou a atuar como intermediário comercial naquele que era o mais importante centro exportador de escravos do Golfo de Benin.

Diz Costa e Silva que a vida de Francisco Félix na África nem sempre foi fácil – até amargou meses de cárcere, à época de um golpe de Estado. Mas, depois, o dadá, o rei de Daomé, deu-lhe o título de chachá, que poderia significar chefe dos brancos e vice-rei de Ajudá. Francisco Félix passou a ser conhecido como Chachá, mas não se sabe ao certo a origem do título. Seria, segundo versões,

corruptela de “já, já!”, ou seja, “agora mesmo”, imperativo de que abusaria no trato com os subordinados.

Foi assim que Costa e Silva reconstituiu este retrato de Francisco Félix de Souza, reunindo versões contraditórias ou lendárias. Pesquisador cuidadoso, aproveitou-se também de sua experiência pessoal como diplomata que testemunhou em 1960 a independência da Nigéria e conheceu Etiópia, Gana, Togo, Camarões, Angola., Costa do Marfim, Zaire, Gabão e outras nações africanas para dar coerência a um relato a que acrescentou ainda a visita que fez em outubro de 1995 a Daomé para participar da festa de instalação do novo sucessor no título de Chachá, o VIII, Honoré Feliciano Julião de Souza.

Autor de livros ainda recentes, mas já considerados clássicos da historiografia africana como “A enxada e a lança: a África antes dos portugueses”, de 1992, e “A manilha e o libambo”, de 2002, Alberto da Costa e Silva dá, com Francisco Félix de Souza, mercador de escravos, outra decisiva contribuição para o conhecimento das relações de Brasil e Portugal com a África, mostrando como funcionava do outro lado do Atlântico o tráfico de escravos. E o leitor recebe uma biografia escrita, num português irrepreensível, com rigor e transparência, resultado de anos a fio de investigação.

Adelto Gonçalves

JANCSO, Istvan. (org). BRASIL: Formação do Estado e da Nação.

Fapesp, Hucitec e Unijuí.

2003

703

Para discutir o complexo processo que resultou na formação do Estado nacional brasileiro, historiadores reuniram-se em setembro de 2001 na Universidade de São Paulo (USP) para o seminário *Brasil: a Formação do Estado e de Nação (1780-1850)*. O resultado sai agora numa edição conjunta da Editora Hucitec, de São Paulo, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Editora Unijuí, do Rio Grande do Sul, com 26 ensaios apresentados no seminário.

Na apresentação o professor Istvan Jancsó, da USP, organizador do seminário e da edição, destaca a dificuldade que foi criar uma nação na América, já que não existiam à época da separação do Brasil de Portugal “nem burguesias em busca de hegemonia no interior de formações sociais identificadas com as *nações* prefigurando mercados nacionais nem nobrezas ameaçadas em suas liberdades tradicionais”.

O professor Geraldo Mártires Coelho, da Universidade Federal do Pará, em “Onde fica a corte do senhor Imperador?”, lembra que, em 1822, a balança comercial entre o Grão-Pará e Portugal era favorável às exportações paraenses, explicando que seria muito mais interessante para a província manter os vínculos com Lisboa. Até porque em termos geográficos, a posição do Grão-Pará relativamente às correntes marítimas tornava as viagens para Lisboa regulares e mais rápidas do que para o Rio de Janeiro, o que, politicamente observado, acentuava o isolamento da província em relação ao governo de D. Pedro.

As relações entre Portugal, especialmente a região Norte, e o Pará sempre foram mais intensas do que entre o Pará e o Rio de Janeiro. E assim permaneceram por muito tempo, mesmo depois da separação. (Lembro-me que, certa vez, ao pesquisar no Arquivo Geral da Universidade de Coimbra, deparei-me com o jornal *O Progresso*, de Paços de Ferreira, de 7/3/1909, em que constatei que meu avô paterno Joaquim Coelho Gonçalves, do lugar de Peias, abria uma subscrição em favor de um amigo que da freguesia de Carvalhosa mudara para o Pará e lá morrera).

O historiador paraense lembra que, além das relações comerciais e afetivas entre as duas regiões, havia a questão política: desde 1921, quando o paraense Filipe Patroni trouxera de Portugal as novas do constitucionalismo vintista, depois de estudar em Coimbra, um confronto aberto instalou-se entre aqueles que estavam sob a influência das Luzes e os representantes das formas antigas de poder oriundos dos quadros da velha capitania.

Patroni lançou o jornal *O Paraense* em maio de 1822 e, ao final daquele ano, quando chegou ao Grão-Pará a notícia da separação, a estratégia política seguida pelas lideranças locais era em torno de um apoio ao Reino Unido, com a esperança de que as Cortes de Lisboa delegassem o poder a alguém ilustrado que combatesse o despotismo e a tirania que vinham do absolutismo monárquico.

Como se sabe, nada disso deu certo porque a separação no Brasil representou o último vagido do absolutismo monárquico, a maneira que os áulicos do regime ditatorial encontraram para garantir sua permanência no poder, José Bonifácio à frente, embora curiosamente fosse um pensador iluminista. Dessa maneira, a incorporação do Grão-Pará ao Império nascente veio de cima para baixo. Em agosto de 1823, uma junta de governo, pressionada por um emissário do almirante Cochrane, que já havia sido responsável pelo curvar-se do Maranhão ao governo central do Rio de Janeiro, entregou os pontos ao novo imperador.

Inaugurava-se assim uma conhecida prática que vem sendo observada desde então pelas elites brasileiras: mudar de vez em quando para que tudo continue na mesma, como se vê agora no governo Lula. De fato, a estrutura do poder no Grã-Pará pouco mudaria porque, como observa Mártires Coelho, seria garantida a preservação das antigas estruturas de dominação colonial, o aparelho militar permaneceria nas mãos da oficialidade lusitana e os senhores do colonialismo continuariam a ocupar os espaços do poder.

Portugal, com D. João reinando, mas sem mandar, em meio ao tumulto das mudanças políticas e egresso de uma época de desorganização do Estado, ainda que quisesse, pouco poderia fazer para tentar impedir que o recém-fundado Estado brasileiro consumasse o seu ordenamento político-militar. Nem se pode imaginar que poderia pensar em lutar contra o próprio filho, não fosse a construção de uma nação na América uma estratégia política de sobrevivência da Casa de Bragança, imaginada e articulada pelo seu mais talentoso ministro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o conde de Linhares.

Em outro ensaio, a professora Íris Kantor, da Universidade de São Paulo, reconstitui as desventuras que sofreu o conselheiro ultramarino e desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho que, em 1758, fora para a Bahia como enviado especial do ministro José Sebastião de Carvalho e Melo para expulsar os jesuítas, depois de ter participado como escrivão da devassa aberta para apurar os desmandos da chamada Revolta dos Borrachos ocorrida no Porto no ano anterior.

Ao que parece sem o aval do secretário do rei, o conselheiro ultramarino tomou a iniciativa de reunir as elites baianas para fundar uma academia de história. Essa instituição de breve vida, a Academia Brasilica dos Renascidos, viria a ter entre os seus sócios correspondentes, o poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), que a essa época já havia retornado de Coimbra, onde tivera como colega na Faculdade de Cânones José Luís Soares de Barbosa, que seria pai do poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805).

Quem também andava na Bahia a essa época era o desembargador João Bernardo Gonzaga, intendente do ouro, que, embora apreciasse as "letras amenas", não foi convidado a participar da Academia ou, se o foi, prudentemente, manteve-se à distância. O desembargador era pai do futuro poeta Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), que, rapaz de 14 anos, lá estava em sua companhia. Ao se constatar isso, a sensação que se tem é que àquela época o mundo luso era extremamente pequeno, quase uma aldeia, embora estivesse espalhado pelos quatro cantos do planeta.

Em seu trabalho, Íris Kantor procura levantar as motivações subjacentes à decisão de Mascarenhas de criar a Academia e, em seguida, à decisão pombalina de fechá-la e mandar prender seu idealizador. Aos 38 anos, Mascarenhas, cujo pai era baiano e fora responsável pela devassa da Revolta dos Borrachos, era um homem afinado com as elites locais.

Dos estatutos da Academia, como observa a historiadora, havia a percepção entre ser "português americano" e "ser português europeu", embora os acadêmicos deixassem claro o seu desejo de "servir à Pátria". Os membros da Academia pretendiam escrever uma "história universal de toda a nossa América portuguesa" para que fosse possível perpetuar a memória dos vassallos mais beneméritos naqueles 250 anos de colonização.

Quando Mascarenhas convidou o capitão-tenente da Armada Real Francesa ancorada no porto da Bahia para participar da Academia, o vice-rei D. Marcos de Noronha enviou correspondência ao Conselho Ultramarino criticando a "estreita amizade" entre os dois. Também acusava Mascarenhas de colaboracionismo naquela pesada conjuntura da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) em que Portugal tinha permanecido aliado da Inglaterra, contra a França e a Espanha.

O desfecho da história do conselheiro é sobejamente conhecido: cinco meses depois da fundação da Academia, Pombal mandaria que Mascarenhas fosse "sepultado em vida" no presídio da ilha de Santa Catarina. Especula-se que Mascarenhas, além da tentativa de parceria com franceses aportados na Bahia, ainda procurara uma conciliação com os jesuítas ou fora demasiado brando com os religiosos.

Outro ensaio imperdível é o de professora Iara Lis Schiavinatto, da Universidade Estadual de Campinas, "Imagens do Brasil: entre a natureza e a História" em que autora, que já nos dera o livro "Pátria Coroada; o Brasil como corpo político autônomo –1780-1831" (São Paulo, Edunesp, 1999), discute as chamadas viagens filosóficas do século XVIII que mais eram empreendimentos do Estado português para apreender e entender o vasto território brasileiro, suas gentes, fauna e flora.

Destas e das demais reflexões reunidas por Istvan Jancsó o que se infere é que o marquês de Pombal, apesar das acusações sempre procedentes sobre a origem ilícita de sua fortuna, foi mesmo um estadista à frente de seu tempo, pelo menos em sua intenção de integrar no Estado português na América seus bárbaros habitantes internos (os pobres e escravos) ou externos (os índios). Não teve êxito a princípio porque o Estado português só conseguiu incorporar pequenas parcelas da população proprietária, os grandes traficantes de escravos e os donos de terras, além de uma camada menos rica que se aninhou na estrutura jurídica e no funcionalismo régio.

Mas, a rigor, até hoje o Estado brasileiro tem fracassado em sua missão de incluir grandes camadas da população no mercado, sem lhes permitir que conheçam e tenham direitos civis. Os marginalizados do Estado, cujo número tem dramaticamente crescido nos últimos anos nas grandes cidades, são o grande desafio do Brasil no século XXI.

Adelto Gonçalves

A ECONOMIA política numa sociedade escravista.  
Antonio Penalvez da Rocha.  
Hucitec, 2000

O autor baseia-se no decreto de D. João VI que criou o curso de Economia Política no Brasil, sob responsabilidade do Visconde de Cairu, que jamais saiu do papel, para analisar suas idéias e suas relações com os principais temas abordados pela Economia Política desde o século XVIII, agora num contexto diferente daquele em que essa ciência nasceu.

Release da editora

Marco Morel. O Período das Regências.  
Jorge Zahar, 2001

O período das regências (1831-1840) sempre foi pouco estudado. E, para tirar do limbo esse tempo que representou um momento-chave para a construção da nação brasileira, o historiador Marco Morel, 43 anos, jornalista e professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), escreveu para Jorge Zahar Editor, do Rio de Janeiro, um pequeno volume com esse título no qual, além de apresentar em linguagem acessível um panorama da época, oferece sugestões de leitura para quem quiser se aprofundar no assunto. A obra antecede em poucos meses outro livro de Morel que a editora Hucitec, de São Paulo, está prestes a lançar: "As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)", tese de doutorado em História defendida na Universidade de Paris I em 1995.

Como se sabe, D. João VI morreu em 1826 sem deixar estipulada sua sucessão e, dessa maneira, D. Pedro I tornou-se ao mesmo tempo imperador do Brasil e herdeiro do trono de Portugal, como Pedro IV, o que, na prática, unificara outra vez as duas coroas. Outorgou uma constituição para Portugal nos moldes liberais da carta outorgada ao Brasil para, em seguida, renunciar ao trono luso em nome de sua filha, Maria da Glória.

Mas, então, D. Miguel, seu irmão, apoiado por setores tradicionalistas saudosos do Antigo Regime, arrogou para si o trono. D. Miguel representava o atraso, mas não estava de todo errado: se Pedro havia optado pelo Brasil, seria natural que o trono de Portugal lhe caísse nas mãos. Mas Pedro e

seus seguidores o consideraram, então, usurpador. E é assim que ele aparece em muitos códices que repousam na Torre do Tombo.

Diante da pretensão de D. Miguel, D. Pedro, a 7 de abril de 1831, abdicou do trono do Brasil, em nome do príncipe, deixando uma regência trina provisória, que se pretendia sábia e moderada para governar durante a menoridade do herdeiro e, depois, virou permanente. E lá se foi o rei de volta a Portugal para derrotar as tropas de D. Miguel e morrer ainda jovem em 1834. Assim, D. Pedro, que sempre fora visto no Brasil como representante da tirania, devido à comparação que se fazia com as repúblicas americanas, virou em Portugal paladino das liberdades.

Não foi fácil a travessia para o Brasil nesse período em que ficou sem imperador. Parece que sem a figura do rei, a monarquia se sentia órfã e enfraquecida em seu poder centralizador, estimulando várias rebeliões caudilhistas por um extenso território que estava longe de consolidado. Logo em 1831, uma semana depois da ascensão da regência trina provisória, explode a revolta do Mata Marotos em Salvador. Maroto, diga-se de passagem, referia-se aqui àquele que viera de Portugal. Foi essa palavra que um inconfidente mineiro de 1789 deixou escrita como um xingamento aos que haviam vindo do Reino em companhia do capitão-general e governador.

Em julho de 1831, dá-se no Rio de Janeiro a sedição dos exaltados, ou seja, da classe dominante de proprietários rurais, profissionais, padres e militares que não hesitavam em recorrer e insuflar as camadas mais pobres contra o poder dos moderados, isto é, dos plantadores de café ou grandes comerciantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Como observa Morel, a Regência, pressionada pelo governo britânico, sete meses após a saída de D. Pedro I, determinou a abolição do tráfico. Essa foi uma das muitas leis que não “pegaram” porque o tráfico continuou por mais duas décadas. O curioso é que os britânicos, que exercitavam os direitos humanitários para condenar a escravidão, pressionaram a regência para que liquidasse os índios rebeldes de Minas Gerais – especialmente os botocudos – que atrapalhavam os planos de suas empresas mineradoras. Mas se os índios fossem dóceis, os ingleses não se sentiam constrangidos em utilizá-los como mão-de-obra escrava.

Em 1832, ocorrem motins no Recife e, em seguida, a revolta que se chamaria Cabanada nas Alagoas e também Pernambuco, durando até 1836. Em 1833, no Rio de Janeiro pipocam conflitos de rua contra o retorno de D. Pedro, a quem agora acusavam de “português”. No mesmo ano, na Bahia ocorre uma sedição federalista, enquanto em Minas explodem as revoltas da Fumaça e da Carranca, todas de contestação ao poder da regência.

Mais: em 1835, tem início no Pará a Cabanagem, movimento que durará até 1836. Rebeldes liderados por um ex-militar, por um redator de jornal e um lavrador assassinam o presidente da província e o comandante das Armas, assumindo o poder por mais de um ano. No Rio Grande do Sul, dá-se a Revolta Farroupilha, que durará até 1845. E, em Salvador, estoura a revolta dos malês em que o africano tenta impor o poder muçulmano ao branco. Diante de tantas sedições, em 1835, o regente Diogo Feijó é eleito regente uno com a intenção de agir com mão-de-ferro contra aqueles que contestavam o poder do Rio de Janeiro.

Em 1837, Feijó renuncia e é substituído por Pedro de Araújo Lima, que teria de enfrentar outras rebeliões: a Sabinada na Bahia, movimento que durará até 1838, e, nesse ano, a Balaiada no Maranhão e no Piauí, contestação que irá até 1842, além da revolta de Manuel Congo no Rio de Janeiro. Em 1839, há ainda a República Juliana em Santa Catarina, até que em 1840 ocorre a antecipação da maioridade de D. Pedro II, então com 15 anos, e começa o Segundo Reinado. A presença do rei, no entanto, não seria impedimento para outras sedições: em 1842 ocorrem revoltas liberais em Minas Gerais e São Paulo e, por fim, em 1848, dá-se a Revolta Praeira em Pernambuco.

Um dos políticos mais influentes durante as Regências, o moderado Bernardo Pereira de Vasconcelos, representante das classes conservadoras, alertava para o abismo da revolução e pedia que se parasse o carro da revolução, defendendo a repressão contra os movimentos. E quem era este Vasconcelos? Era filho de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, afilhado de casamento do poeta português Tomás António Gonzaga. Ambos estiveram envolvidos nos conciliábulos da projetada sublevação de 1789 em Vila Rica contra o poder régio português, mas Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, além de escapar da repressão, foi quem fez, anos depois, em Vila Rica, um discurso à rainha D. Maria agradecendo à soberana por ter livrado a capitania da “sanha dos revoltosos”.

Como se vê, o mundo dá muitas voltas. Seja como for, foi à custa de muitas vidas e despesas que se garantiu a unidade do Brasil, ainda que sob uma ordem ao mesmo tempo próspera e desigual. Essa ordem se reflete até hoje nas imensas legiões de marginalizados do campo e das periferias das grandes cidades, que, aliás, só cresceram no último ano. Como braço armado do Império, destacou-se, então, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, mais tarde duque de Caxias, que ergueu a espada contra os revoltosos – muitos dos quais, como no caso da Balaiada, escravos, índios e pobres livres, que foram à guerra estimulados não só pela miséria como por poderosos locais. Visto por esse ângulo, o Brasil não mudou muito em quase dois séculos.

Adelto Gonçalves

Francisco Azevedo. Carlota Joaquina na Corte do Brasil. Civ. Brasileira, 2003

Dona Carlota Joaquina (1775-1830) nunca foi popular no Brasil e em Portugal. Um filme horrórico dirigido por Carla Camurati no começo dos anos 90 mostrou-a na pele da atriz Marieta Severo como uma espanhola bigoduda, que odiava os trópicos e adorava trair o moleirão dom João. O excepcional livro “Carlota Joaquina na Corte do Brasil”, escrito pela professora Francisca L. Nogueira de Azevedo, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, porém, acaba de enterrar de vez mais esse estereótipo da História do Brasil e de Portugal, mostrando com base em documentação de arquivo que a princesa desempenhou com habilidade um papel político, capaz de ir muito além do figurino subalterno que a corte lusitana procurava reservar às mulheres. E que, por isso, não cairia mal se fosse hoje escolhida como um dos símbolos do movimento feminista.

Filha primogênita do rei Carlos IV, da Espanha, Carlota Joaquina, com apenas 10 anos de idade, casou-se com o futuro dom João VI, participando de um típico casamento diplomático que visava ao pacto entre as duas coroas ibéricas. Nas cartas refere-se ao marido como um homem bom e honesto, culpando principalmente o ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, mais tarde conde de Linhares, pela desarmonia que cercava o casal. Em algumas cartas, percebe-se que Dom João passou um longo período de depressão, afastando-se por completo do poder e isolando-se em Mafra. Em 1806, o *partido* francês do governo apoiou Carlota Joaquina em suas pretensões de assumir o poder como regente em lugar do marido depressivo, a chamada “Conspiração de Alfeite”.

Descoberta a manipulação, Carlota Joaquina ficou confinada, incomunicável, em palácio e a sua correspondência passou a ser controlada pelo grupo político de Dom João. Foi assim que teve de embarcar às pressas com a família real, ao final de 1807, quando as tropas do general Junot já estavam à altura de Sacavém. Neste ponto, a autora não aprofundou suas investigações e repete a informação de que 15 mil pessoas acompanharam dom João em sua fuga para o Brasil, quando pesquisas recentes mostram que esse número não passou de 500.

Praticamente exilada no Rio de Janeiro, Carlota Joaquina não deixa transparecer em suas cartas nenhum desprezo pelo Brasil. Para compreender a princesa, porém, é preciso entender o contexto em que vivia: com formação clássica, grande leitora dos principais autores de seu tempo, preocupou-se sempre com a sobrevivência de sua família, os Bourbons, à frente da Espanha e de suas colônias no mundo. Quando teve de viajar para o Brasil, queria, isso sim, retornar a Madri para ficar junto à família.

Depois, no exílio colonial, tratou de lutar pela preservação do império de seu pai nos trópicos. Queria assumir a regência da Espanha e, a partir da sede da monarquia em Buenos Aires, coordenar a resistência à invasão de Napoleão e garantir para a dinastia dos Bourbons a coroa espanhola, repetindo o que Dom João fizera em relação à coroa portuguesa.

No Rio de Janeiro, passou a contar com a ajuda do almirante-de-esquadra britânico Sidney Smith e, em 1808, enviou à Espanha um manifesto no qual se colocava como defensora de sua família. Ganhou adeptos e inimigos ferozes. Um deles, Dom Rodrigo, que tinha planos de estender o império português para a região de domínio da coroa espanhola na América. Numa das cartas ao seu secretário José Presas, Carlota acusa Lord Strangford, embaixador inglês e desafeto de Smith, de “governar” o conde de Linhares e este de “governar” o príncipe. Lutou sozinha e, inclusive, quis doar suas jóias para ajudar a impedir que Montevidéu caísse nas mãos dos revolucionários.

O embaixador espanhol no Rio também ficou contra Carlota, pois tinha ordens expressas da junta que governava a Espanha de mantê-la longe do Prata. Por isso, apesar de todos os seus esforços, ela nunca conseguiu um navio que a levasse a Buenos Aires ou Montevidéu, embora não fossem

poucos os membros da elite rioplatense que viam no “carlotismo” o caminho mais fácil para conseguir o livre comércio.

Em 1812, por pouco Carlota Joaquina não conseguiu assumir a regência da Espanha, depois de vencer dois obstáculos: a revogação da Lei Sálica, que impedia que mulheres assumissem o poder régio, e o reconhecimento de seu direito à sucessão da monarquia. Mas havia também forças poderosas em Madri contrárias às pretensões da princesa: não era segredo para ninguém que um dos maiores medos dos espanhóis era a restauração da União Ibérica sob a supremacia portuguesa.

Para Dom João e Dom Rodrigo, tudo se desmoronou quando a Inglaterra entendeu que a parceria com Portugal na questão do rio da Prata já não interessava. Para os ingleses, a independência das províncias espanholas sob a sua influência era a solução comercialmente mais atraente. Com isso, o cerco a Carlota Joaquina acirrou-se ainda mais. Em 1814, a Espanha perdeu suas colônias do Rio da Prata e a princesa saiu derrotada. Como se sabe, a derrota não tirou Carlota Joaquina de cena, pois, ao voltar a Portugal, depois da Revolução do Porto de 1820, tentou usar o infante Dom Miguel para restabelecer o absolutismo monárquico.

Da correspondência de Carlota Joaquina reabilitada pela professora Francisca L. Nogueira de Azevedo, uma figura que chama atenção por sua atuação é Carlos José Guezzi, enviado português a Buenos Aires para negociações com a junta revolucionária, que, em março de 1811, foi detido pelas autoridades locais. Quatro meses depois, em razão de uma dura advertência do conde de Linhares, é solto e enviado a Portugal. E quem era este Carlos José Guezzi? A autora não diz, até porque se limitou aos documentos da época referentes à contenda do novo governo português no Rio de Janeiro com as províncias espanholas no Prata.

Salvo erro, trata-se do mesmo Carlos José Guezzi, médico piemontês, que, em 1793, era juiz da balança da alfândega da Ilha de Moçambique. Substituiu outro médico de Piemonte a serviço do governo de Portugal, o físico-mor João Domingos Tosco (ambos com o nome aportuguesado), que deixou a Ilha para se dedicar ao comércio – de carne humana, é claro, o mais rendoso. Logo, Guezzi passou a dedicar-se também ao comércio de escravos. Em 1797, já era um dos cinco maiores negreiros moçambicanos.

Em 1800, o poeta portuense Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), então em seu desterro na Ilha de Moçambique por sua participação na conspiração de 1789 em Minas Gerais, vendeu a Guezzi um palmar na Cabaceira Grande, que pertencera a Juliana França de Sousa, avó materna de sua mulher, Juliana de Sousa Mascarenhas, com a condição de que o comprador não vendesse a propriedade sem antes oferecê-la ao próprio casal. Explica-se: o palmar confrontava numa banda com outra propriedade de dona Ana, mãe de Juliana e sogra de Gonzaga.

Guezzi não pagou o combinado e ainda tentou passar adiante o palmar por intermédio de um procurador, o que motivou Gonzaga a recorrer à Justiça. Segundo o poeta, Guezzi, além de não beneficiar o palmar, teria ainda demolido algumas casas de pedra e cal “que podiam durar por muitos anos”. O caso arrastou-se na Justiça e só teria um desfecho a poucos meses da morte de Gonzaga. Documentos do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino mostram ainda que Gonzaga, por volta de 1800, teria vendido a Guezzi três negros ladinos, uma vaca e duas arrobas de azeite de côco.

Em 1803, Guezzi deixou em seu lugar outro negreiro, que possuía apenas rudimentos de medicina, até a chegada de um novo físico-mor, e viajou para o Reino com o seu barco, mas, no caminho, pretendia negociar cargas de escravos no Cabo, Rio de Janeiro e Montevidéu. Por aqui se vê que só pode se tratar da mesma pessoa. Os contactos de Guezzi com a elite do rio da Prata o teriam tornado um interlocutor válido a ponto de representar os interesses da Corte na região quando esta se transferiu para o Rio de Janeiro.

Não há nenhuma surpresa ao se constatar a presença de um grande comerciante negreiro nessa posição. Aliás, foram os comerciantes de grosso trato – ligados ao abastecimento, o que incluía especialmente o comércio de escravos – que sustentaram a família real, a partir de sua chegada ao Rio de Janeiro em 1808.

Esses comerciantes representaram um poder hegemônico, responsável também pela expansão imobiliária do Rio de Janeiro no começo do século XIX. Funcionavam como os banqueiros de hoje e sempre mantiveram o governo como refém – mandavam e desmandavam. Foi a eles que o governo do príncipe regente recorreu quando imaginou tomar as províncias espanholas do rio da Prata, em vingança pelo apoio da Espanha às tropas de Napoleão que invadiram Portugal. Foi a quatro dos



comerciantes mais ricos do Rio de Janeiro que a princesa Carlota Joaquina pediu cem mil pesos, oferecendo jóias como cautela, para financiar as pretensões de seus aliados no rio da Prata – e ouviu um sonoro não.

Adelto Gonçalves

Evado Cabral de Mello. A fronda dos mazombos.

Embora tenha servido de tema para o romancista oitocentista José de Alencar e de fonte de estudo para os sociólogos Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre em obras clássicas da historiografia brasileira, o episódio conhecido como Guerra dos Mascates, ocorrido em 1710-1711 em Pernambuco, entre os moradores das cidades de Olinda e Recife, continuava, até poucos anos atrás, sem uma reconstituição digna desse nome. Foi para preencher essa lacuna que o diplomata Evaldo Cabral de Mello escreveu "A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715", que, publicado em 1995 pela Companhia das Letras, sai agora em segunda edição revista pela Editora 34, de São Paulo.

Tendo iniciado na carreira diplomática em 1960 e servido nas embaixadas do Brasil em Washington, Madri, Paris, Lima e Barbados e nas missões em Nova York e Genebra, foi durante a época em que esteve no Consulado Geral do Brasil em Lisboa que Cabral de Mello aproveitou o tempo para pesquisar especialmente os papéis da capitania de Pernambuco do Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, resgatando assim este episódio que, embora não estivesse esquecido nos livros de História, andava muito mal contado.

Referência indispensável para o estudo de Pernambuco e do Nordeste brasileiro, Cabral de Mello, que obteve o título de doutor em História por notório saber pela Universidade de São Paulo em 1992, já escreveu obras importantes como "Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana", "Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654", "O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial", "O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669" e, mais recentemente, "Um imenso Portugal: história e historiografia", entre outras.

Depois de exaltado pelo nacionalismo brasileiro como um dos movimentos autonomistas que marcaram a história colonial, o episódio da Guerra dos Mascates ganha uma nova dimensão. O historiador não se limita a recuperar as razões que levaram às alterações políticas que colocaram, de um lado, os mascates do Recife e, de outro, a chamada nobreza da terra, descendentes dos primeiros reinóis que se estabeleceram no solo e haviam criado uma aristocracia em torno da produção do açúcar. Recua meio século, analisando o período que vai de 1666 a 1707 através de três episódios que adquirem significado à luz do que ocorreu depois. A partir desses acontecimentos, o autor reconstitui toda a trama de fatos e interesses que, mais tarde, iria opor nobres da terra, residentes em Olinda ou com casa na cidade e extensas fazendas e engenhos de cana no interior do país, e os comerciantes procedentes do Reino e estabelecidos no Recife.

O primeiro episódio é a deposição em 1666 do governador e capitão-general Mendonça Furtado, o Xumbergas, em que o mandatário foi posto num navio de volta a Lisboa, numa grave desobediência ao rei. Mas, como a Coroa tinha suas próprias razões de queixa contra o Xumbergas, acusado de incontáveis fraudes, foram feitas vistas grossas ao desafio dos colonos. Seja porque Lisboa vivia uma crise dinástica, seja porque o governador deposto ainda iria se enfiar numa conspiração no Reino, os promotores de sua deposição puderam-se livrar do castigo, ainda porque também tinham a seu favor o fato de terem expulsado anos antes os holandeses do Nordeste brasileiro.

O segundo episódio recupera várias administrações, especialmente a do marquês de Montebelo (1690-1693) em que, mais uma vez, o autor desvenda a atuação de um setor da açucarocracia que se empenhou por limitar em proveito próprio o exercício do poder real na capitania e o acesso dos comerciantes reinóis do Recife ao poder local, encarnado sobretudo na Câmara de Olinda, "que desde a guerra holandesa adquirira certas funções supramunicipais de representação de interesses e gestão de recursos fiscais".

O outro episódio trata do dissídio entre os religiosos da Congregação do Oratório, uma guerra clerical que hoje é difícil de entender, mas que se inseriu no confronto entre mazombos e reinóis. Os nêris da Madre de Deus seriam decisivos na conquista da autonomia municipal do Recife, tornando-se extremamente influentes nas questões políticas na capitania.

Na parte seguinte do livro, Cabral de Mello procura inventariar o longo contencioso entre a nobreza da terra e a mascataria durante os decênios anteriores à sedição contra o governador Castro e Caldas em 1710, que golpeava a crença no apego dos lusitanos aos seus monarcas. A atitude dos pernambucanos parecia tanto mais perigosa porque partira de filhos e netos dos que haviam restituído as capitanias do Norte à sujeição da Coroa, sem que Lisboa tivesse participado com reforços. Entre 1707 e 1710, Castro e Caldas cometeu tantos desmandos que foi alvo de um atentado por parte da nobreza da terra. Depois, houve a insurreição dos mascates no Recife seguida pela repressão da Coroa durante a administração seguinte, de Félix Machado (1711-1715).

Antes de concluir, é preciso que se diga que a fronda do título é recuperada pelo autor do francês fronde, nome dado por extensão à guerra civil que houve na França (1648-1653), na minoridade de Luís XIV, entre os partidários da regente Ana de Áustria e do cardeal Mazarino, por um lado, e da magistratura e a alta nobreza, por outro, de onde a distinção entre "fronda parlamentar" e "fronda aristocrática".

Já mazombo era o nome pelo qual eram conhecidos aqueles que já haviam nascido em terras brasileiras, em contraposição aos reinóis, os naturais de Portugal ou das ilhas. O vocábulo viria do idioma banto como designação para indivíduo mal-humorado e macambúzio ou ainda pessoa mal-educada e rude, mas na América portuguesa a palavra passou a indicar o filho do português nascido na terra, equivalente ao "criollo" da América espanhola.

À guisa de explicação, é preciso lembrar que a designação "guerra dos mascates" nasceu muito tempo depois, na segunda metade do século XIX, quando José de Alencar deu esse título a um romance à clef em que procurava ridicularizar o gabinete Rio Branco (1871-1875), na etapa final do Segundo Império. Até a publicação da obra de Alencar, como observa o autor, os acontecimentos de 1710-1711 haviam sido conhecidos geralmente como "sedições", "sublevações" ou "alterações de Pernambuco".

Adelto Gonçalves

Eduardo Silva. As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Cia das Letras, 2003

Os quilombos abolicionistas foram um modelo diferente de resistência à escravidão. Seus integrantes organizavam-se perto dos grandes centros, eram liderados por personalidades públicas com bom trânsito entre fugitivos e sociedade, e ainda interferiam no jogo político.

O quilombo do Leblon foi uma comunidade desse tipo. A idéia de escrever "As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural" ocorreu a Eduardo Silva quando o historiador caminhava pelo jardim da Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e notou a existência de três pés de camélia. O achado trazia novo sentido a um texto do próprio Rui Barbosa, lido pouco antes, em que a flor era apresentada como símbolo da resistência à escravidão.

O passo seguinte foi à própria descoberta do quilombo do Leblon. Seu líder, o fabricante de malas José de Seixas Magalhães, era um imigrante português que mantinha boas relações com figuras centrais do movimento abolicionista, entre elas Rui Barbosa, José do Patrocínio, André Rebouças e até a princesa Isabel.

Escrito com a agilidade de uma reportagem, esse ensaio de história cultural desvenda os elos desconhecidos entre a campanha política e o movimento social negro. Além disso, revela um modelo diferente de resistência ao sistema escravocrata: o "quilombo abolicionista", um tipo de comunidade que permite uma nova - e mais abrangente - compreensão desse momento - chave da história do Brasil.

Eduardo Silva, Nasceu no Rio de Janeiro, em 1948. Doutorou-se em história no University College London, na Inglaterra. É pesquisador do Setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

Entre outras obras de sua autoria, consta: "Barões e escravidão" (1984), "Idéias políticas de Quintino Bocaiúva" (1986), "Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de

Janeiro" (1986), "Rui Barbosa e a queima dos arquivos" (1988), "As queixas do povo" (1988) e "Prince of the people: the life and times of a brazilian free man of colour" (1993).

Release da editora

Rodrigo Bentes Monteiro. REI no Espelho. A monarquia portuguesa e a colonização da América (1640/1720). Hucitec/FAPESP, 2002

A dom João V, que teve um dos mais longos reinados da História (1706-1750), acusa-se de ter passado o tempo a mirar-se na exuberância dos palácios, conventos e igrejas construídos à sua época com o ouro e diamantes que vinham das Minas, esquecendo-se de preparar o Reino para o futuro, com a abertura de estradas e caminhos, como faziam outros monarcas europeus seus contemporâneos. Talvez imaginasse que as minas fossem eternas como os diamantes.

Há quem diga também, como José Hermano Saraiva, que dom João V nunca conseguiu impor uma máquina administrativa e que passou muitos apertos financeiros porque, apesar dos enormes recursos da Coroa, o dinheiro escorria por "ralos" antes de chegar ao cofre real. Havia, porém, um outro espelho em que o monarca se mirava com frequência: a América portuguesa. É deste olhar do monarca em direção aos colonos que trata este livro, "O Rei no Espelho: a Monarquia Portuguesa e a Colonização da América (1640-1720)", de Rodrigo Bentes Monteiro, originalmente uma tese de doutorado que o autor defendeu em 1999 junto ao programa de História Social da Universidade de São Paulo.

Sempre foram conflituosas as relações da monarquia com os seus colonos, que, tão distantes, não poucas vezes alimentaram cavilosamente o anseio de romper com o Reino. A historiografia oficial, porém, sempre se preocupou em mascarar esses conflitos. Nem poderia ser diferente, levando-se em conta os tempos. Um episódio de duvidosa veracidade escrito por escribas oficiais que Bentes Monteiro recupera neste livro é o da aclamação em São Paulo, em abril de 1641, de Amador Bueno da Ribeira, "o homem que não quis ser rei", episódio outrora tão exaltado como exemplo de lealdade à dinastia dos Braganças, mas que tem sido negligenciado em estudos mais recentes.

Mesmo sem documentação suficiente, o autor recupera o episódio para contestar uma das muitas farsas montadas em século posterior, principalmente por Frei Gaspar da Madre de Deus (1715-1800), em suas "Memórias para a História da Capitania de São Vicente", e seu primo Pedro Taques (1714-1777), autor de "Nobiliarquia Paulistana", que colocaram aquela história a andar, sem que até hoje tenha sido devidamente vasculhada.

Frei Gaspar dizia que a recusa de Amador Bueno da Ribeira de liderar uma revolta contra Lisboa havia sido um duro golpe para os espanhóis que se achavam estabelecidos e casados na vila de São Paulo, vindos da Europa e das Índias Ocidentais. Eles desejariam conservar as povoações das chamadas "capitanias de baixo" na obediência a Castela e, "não se atrevendo a manifestar seu intento, por conhecerem que seriam vítimas sacrificadas à cólera dos paulistas, [...] resolveram entre si usar de artifício". Teriam, portanto, tentado atrair Amador Bueno para uma conjura, encontrando por parte do paulista forte repulsa.

Até aqui as peças se encaixam. Bem pouco crível, porém, é que um paulista tivesse qualquer sentimento de lealdade aos Braganças numa época em que o poder monárquico português era muito fraco, com sérios problemas a resolver numa guerra contra a Espanha. Ora, se o suposto ato de Amador Bueno da Ribeira deu-se a abril de 1641, haviam-se transcorrido apenas quatro meses desde que em dezembro de 1640 Portugal fizera a restauração.

A essa época, a nova dinastia régia ainda batalhava em cenário europeu e mundial para se afirmar, lutando pela sua própria sobrevivência política. Pensando assim, é bem provável que essa tradição paulista tenha sido inventada, como tantas outras na História, não já tivesse o historiador Charles R. Boxer afirmado em "Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola(1602-1686)", de 1952, que os brasileiros haviam vertido muita tinta num episódio de pouca importância.

Bentes Monteiro mostra que a aclamação de Amador Bueno e a do Prior do Crato, quase contemporâneas, tinham pontos em comum: "Nos dois casos, ante circunstância adversa, escolhia-se alguém mais afinado com os interesses locais". Se Amador Bueno não quis empalmar o poder na capitania de São Paulo, com certeza, o foi por outros motivos que a alegada lealdade aos Braganças, embora dom Pedro I (o IV de Portugal), em 1823, com os laços entre Brasil e Portugal

já rompido, tenha citado em sua primeira fala do trono o "fidelíssimo e nunca assaz louvado Amador Bueno da Ribeira".

Não foi só para contestar uma história sem pé nem cabeça ainda contada em livros didáticos de História no Brasil com foros de verdade que o autor escreveu esta tese. Em "O Rei no Espelho", Bentes Monteiro, de 37 anos, da nova geração de historiadores brasileiros que nasceram sob a orientação da professora Laura de Mello e Souza, da Universidade de São Paulo, os chamados "filhos de Laura", apresenta uma visão interpretativa da América portuguesa, tratando de reconstruir as relações de poder tal como elas eram concebidas no Antigo Regime, sem se apegar às motivações econômicas, políticas e morais próprias da racionalidade de nossa época, como observa na apresentação o professor Pedro Cardim, da Universidade Nova de Lisboa.

Adelto Gonçalves

Fragoso, J. et alli. (orgs). O antigo regime nos Trópicos. Civ. Brasileira, 2001

Formado por 12 ensaios distintos de historiadores brasileiros e portugueses, "O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)" constitui um conjunto homogêneo que dá uma nova visão do império português, mostrando-o como uma rede de relações econômicas, políticas, jurídicas e sociais capaz de articular sociedades diversas, abrigar poderes autônomos e interesses comerciais conflitantes. Do lado brasileiro, sem a visão nacionalista, que fazia descobrir a "nação" antes mesmo de ela existir - como a superada teoria de que as inconfidências mineira, carioca e baiana formam um processo que redundaria na Independência em 1822. E, do lado português, questionando uma série de idéias estabelecidas, revelando um peso insuspeitado de poderes, nomeadamente das câmaras e das instituições eclesiásticas e senhoriais.

Como bem dizem os seus organizadores - João Fragoso, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, da Universidade Federal Fluminense -, este trabalho é fruto de uma perspectiva historiográfica inovadora que vem surgindo e se impondo em teses de doutoramento e em dissertações de mestrado. Em outras palavras: são trabalhos que estão baseados maciçamente em documentação manuscrita de arquivos brasileiros e portugueses e que resultaram de anos de dedicação e pesquisa.

Bem diferente daqueles trabalhos que alguns acadêmicos e "curiosos" ainda insistem em escrever, repetindo informações falsas e disparates que encontram em livros impressos e cuja origem já se perdeu na poeira do tempo. Como ocorreu, por exemplo, durante as comemorações dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, quando vários desses livros de ocasião ocuparam a lista dos mais vendidos, ludibriando a boa-fé de milhares de leitores. Aliás, seria recomendável que o leitor ficasse cada vez mais exigente e, antes de comprar um livro de História, consultasse a sua bibliografia, constatando se a origem das informações vem de documentação pesquisada em arquivos ou se é mera repetição de dados de outros livros.

Dividido em quatro partes, o livro abre-se com "As Conjunturas do Mare Lusitano", três capítulos que analisam distintas conjunturas sócio-econômicas, interligando diferentes regiões do Atlântico ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. No primeiro capítulo, "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)", João Fragoso observa que os conquistadores criariam no Brasil uma "nobreza" de origem "pobre", no sentido de que não descendia da primeira aristocracia do reino. "Na verdade, vinha de casas preteridas em Portugal ou então constituídas em meio à 'inflação de honras' ligadas à expansão ultramarina. 'Pobre' também no sentido econômico, ou seja, sem muito cabedal", afirma.

Segundo Fragoso, nesse contexto, não é de se estranhar que, nas 'melhores famílias do Rio', encontrem-se mercadores - não de grosso trato -, sertanistas, médicos etc. Isso sugere que esta primeira elite, em sua formação, não tinha "problemas" em relação ao mercado e talvez ao trabalho, este no seu sentido mais amplo. Da mesma forma, era suficientemente tolerante para aceitar cristãos-novos, sempre, é claro, dentro de certos limites.

Por último, observa Fragoso, se foi certo que aquela nobreza e suas práticas de acumulação, como fenômenos majoritários, cederam espaços, em algum momento do setecentos, a outras relações

sociais mais baseadas no comércio, a prática da exclusão social do público (para além dos escravos) continuaria como uma das chaves para a acumulação de riquezas nas mãos de um pequeno grupo de pessoas. O que explicaria a escandalosa concentração de renda que existe hoje no Brasil, uma das mais injustas do mundo.

Nesse mesmo diapasão, em outro ensaio, "As elites econômicas nos quadros do império português: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)", Helen Osório, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mostra que a arrematação dos contratos foi um poderoso instrumento de acumulação nas mãos de negociantes do Rio de Janeiro, como fora na Europa. Sob a generosa sombra do Estado, por meio de transações em um mercado restrito e desde uma posição privilegiada, da usura e da especulação, enfim, dos instrumentos propiciados pelo capital mercantil, puderam reforçar seu lugar na elite econômica colonial.

Em "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes", António Manuel Hespanha, da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, contesta a tradicional imagem de um Império centrado, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole. Lembra, por exemplo, que desde o início do século XVIII, a propriedade - ou, pelo menos, as serventias - de todos os ofícios de Justiça (notários e escrivães) estava à disposição das elites econômicas das colônias, nomeadamente no Brasil, ressaltando que a importância desse fato não pode ser desconhecida ou subestimada. Ou seja, cartas régias, concessões de sesmarias, vendas e partilhas de propriedades, requerimentos de graças régias, tudo passava pelas mãos das elites coloniais

Para Hespanha, esse novo enfoque sobre as relações metrópole-colônia - promovido por meio de consultas a documentos da época - vai obrigar à revisão de uma grande quantidade de trivialidades pouco consistentes sobre o imperialismo e a exploração metropolitanos ou a redução das tensões políticas no Brasil colonial à tensão entre a colônia e o reino, o que vinha provocando, por sua vez, exageros sobre as razões que levaram às rupturas da independência.

Já Nuno Gonçalo F. Monteiro, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em "Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII", observa que, antes da partida da família real para o Rio de Janeiro em 1807, foram pouco frequentes os casos de enlace matrimonial das elites brasileiras e a descendência da primeira nobreza do reino, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na Índia. O historiador conclui que a riqueza, mesmo quando copiosa, não chegava para abrir as portas ao topo da hierarquia social de uma monarquia intercontinental de cujos centros educacionais e de produção cultural se procurava preservar o exclusivo europeu.

Monteiro destaca que a nomeação de governadores reinóis e tão nobres quanto possível visava, na América portuguesa como em outras paragens, a colocar no comando de cada capitania quem maior independência se supunha assegurar em relação aos interesses ou facções locais que, como Hespanha mostra em ensaio anterior, dominavam praticamente todas as esferas do poder provinciano. Ou seja, a base do recrutamento dos governadores radicava nas elites reinóis, ou mais exatamente, em oficiais do exército. Obviamente, nas capitanias de menor importância admitia-se para governador pessoas de hierarquia inferior, às vezes até sem fidalguia de nascimento ou com raízes "mecânicas" próximas.

Em "Dinâmica do comércio intracolonial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)", Roquinaldo Ferreira, que faz doutoramento em História na Universidade da Califórnia Los Angeles, observa que, na segunda metade do século XVIII, o tráfico angolano era integrante de um sistema mercantil cujo centro estava no centro-sul do Brasil. Entre 1736 e 1770, comparando com Lisboa, as três praças mercantis brasileiras que negociavam com Luanda - Salvador, Recife e Rio de Janeiro -, usufruíam larga vantagem no comércio direto com Angola. Seus navios respondiam por cerca de 85% de toda a movimentação no porto de Luanda, enquanto apenas 15% vinham de Portugal. Do Brasil, iam para Angola não só os gêneros para o comércio dos sertões - álcool, fazendas asiáticas, pólvora e armamentos -, mas também soldados e cavalos para proteger e expandir o controle português sobre Angola.

Em 1772, como observa o historiador, a inversão de papéis era tal que levou os administradores portugueses a dizerem que "não parece Portugal o país dominante das suas Américas, mas são elas que representam o país dominante de Portugal" (AHU, Angola, cx. 56, avulsos, doc. 46). Em 1768, grande parte do comércio com o Oriente, de acordo com a pesquisa de Roquinaldo Ferreira, havia caído nas mãos de negociantes americanos, segundo os membros da Junta de Comércio de Lisboa. Sob o pretexto de buscar escravos por melhores preços em Moçambique, esses negociantes estavam enviando navios diretamente ao Oriente. Este comércio não era apenas decorrência do

esvaziamento econômico da metrópole, mas também uma prova do papel crucial que as praças mercantis do Rio de Janeiro e Salvador tinham no Império português.

Nesse sentido, o último ensaio do livro, "Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820)", de Luís Frederico Dias Antunes, que faz doutoramento em História na Universidade Nova de Lisboa, mostra como o Brasil passou a ocupar, no final do século XVIII e início do XIX, o papel de principal pólo produtivo com Goa, ficando Portugal como o centro de decisão política, o que contesta uma visão estereotipada vigente até há pouco tempo de que os portos de Rio de Janeiro e Salvador se resumiam a escalas para as naus da carreira da Índia.

É possível que algumas das observações constantes neste livro não agradem a historiadores que preferem conclusões mais assentadas na historiografia tradicional. Mas é assim que se faz a história, com pesquisa e interpretação. Quem não concordar com as conclusões dos ensaístas só terá um remédio: mergulhar a fundo nos arquivos e trazer novos subsídios e, quem sabe, novas interpretações. Foi o que fizeram os autores destes ensaios, que, produtos de intensa pesquisa, abrem novas perspectivas para o estudo da "dinâmica imperial portuguesa".

Adelto Gonçalves

Renato LOPES. Republicanos e libertários. Civilização Brasileira, 2001.

Ao concentrar o foco de seus estudos sobre a Independência, os historiadores tradicionais privilegiaram dom Pedro I e seu ministro José Bonifácio, deixando de lado a atuação dos parlamentares brasileiros eleitos para as Cortes Constituintes em Lisboa e daqueles políticos que, por meio das páginas de efêmeros jornais que circularam no Rio de Janeiro, nas províncias e até mesmo na Europa, combateram não só em favor da separação como se opuseram ao retorno do absolutismo monárquico.

Nos últimos meses, porém, três pesquisadores vieram jorrar luz sobre uma zona escura de nossa História em que por quase 200 anos tem predominado uma visão monolítica, parcial e elitista da Independência: primeiro, Márcia Berbel com "A Nação como Artefato: Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas-1821-1822"; depois, Isabel Lustosa com "Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência – 1821-1823" e, agora, Renato Lopes Leite com "Republicanos e Libertários: Pensadores Radicais no Rio de Janeiro-1822". Os três livros erguem um imenso painel das aspirações que motivaram a separação do Brasil de Portugal e as lutas políticas que se seguiram.

Há muito de mistificação na história da Independência e o estudo de Renato Lopes Leite serve para mostrar que o episódio do "Fico" não foi uma unanimidade nem o Sete de Setembro teve à época a importância que lhe é atribuída pela historiografia da Independência. Pelo contrário. Foi a convocação da Constituinte brasileira a 3 de junho de 1822 que teve maior relevância, porque deixava claro que os portugueses deste lado do Atlântico não estavam mais dispostos a aceitar o que as Cortes de Lisboa tentavam impor. esta seria a verdadeira data a ser comemorada.

Por que, então, comemora-se o Sete de Setembro e não o Três de Junho? Ora, porque quem escreve a história são os vencedores. O Três de Junho foi um movimento que escapou ao controle do príncipe regente, depois Pedro I, e daquelas forças que se agrupavam em torno dele e defendiam o absolutismo monárquico, Bonifácio à frente. Não foi, enfim, um ato da vontade do regente, mas consequência da intervenção da imprensa republicana. Como a história oficial mostra que a Independência nasceu de um ato voluntário de Pedro I, vencedor do embate entre as forças políticas, o Sete de Setembro acabou imposto e ficou no imaginário brasileiro.

À época, o que se entendia por republicanismo era o movimento que se contrapunha à monarquia absolutista, ou seja, aquilo que os papéis daquele tempo chamam de "governo constitucional representativo" ou governo misto estabelecido por uma Assembléia Constituinte. Em outras palavras: pouco tem a ver com a República militarista proclamada em 1889 por Deodoro ou com o caudilhismo das repúblicas hispano-americanas. Há uma diferença entre o conceito de república do século 20 e o que se pensa do republicanismo no século XVIII e início do XIX. Em 1822, João Soares Lisboa, Cipriano Barata e frei Caneca, os principais artífices do republicanismo da época, manifestaram-se publicamente favoráveis à monarquia, desde que constitucional e representativa.

Os pensadores radicais republicanos não apoiaram o “Fico”. Sabiam que a permanência do príncipe regente no Brasil implicaria a sobrevivência de um regime monárquico absolutista. Agiram para fazer com que o regente retornasse a Portugal, abrindo espaço para a constituição de uma federação brasileira. Para D. Pedro I e seu ministro José Bonifácio, a Constituinte de Lisboa era responsável pela disseminação do republicanismo no Brasil. Como exemplo, citavam o apoio de uma parte das Cortes portuguesas à junta governativa da Bahia, que ameaçava cortar os vínculos com o “centro do sistema”, ou seja, com a monarquia do Rio de Janeiro. O gênio político de José Bonifácio reside na habilidade que teve para canalizar a indignação provocada pelas Cortes de Lisboa em favor de uma saída que contemplasse apenas um governo não-constitucional e absolutista.

Para José Bonifácio, a preservação do território da ex-possessão colonial, depois da independência, só seria possível com a presença de um governo forte, o que significaria a manutenção de poderes discricionários nas mãos de D. Pedro e, por extensão, nas suas. A importância deste livro está em provar que houve um pensamento republicano no Brasil da Independência.

Adelto Gonçalves